

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No passado mês de junho o Grupo Parlamentar do PCP realizou uma reunião com a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) da Administração Regional de Saúde do Algarve e uma visita à Unidade de Desabilitação do Algarve, no âmbito do acompanhamento da área da toxicodependência e do alcoolismo.

A região do Algarve dispõe de um Centro de Respostas Integradas com cinco equipas técnicas especializadas – duas equipas de tratamento (Barlavento e Sotavento), uma equipa de prevenção, uma equipa de redução de danos e uma equipa de reinserção – e de uma Unidade de Desabilitação. Tem ainda três consultas descentralizadas em Quarteira, Tavira e Vila Real de Santo António.

O DICAD tem, no total, cerca de 100 profissionais. A carência de profissionais de saúde, sobretudo médicos, é um dos seus principais constrangimentos. As equipas técnicas especializadas, assim como a Unidade de Desabilitação do Algarve, desenvolvem a sua atividade com um número insuficiente de trabalhadores, o que limita a sua intervenção nas diferentes valências e dificulta a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde. São precisos pelo menos mais três médicos e cinco enfermeiros. Na Unidade de Desabilitação do Algarve são precisos mais um médico, dois enfermeiros e três assistentes operacionais.

Tem sido difícil encontrar médicos motivados para exercerem funções na área da toxicodependência e do alcoolismo. É necessário incentivar e promover esta área, nomeadamente durante a formação dos médicos de medicina geral e familiar.

Outro aspeto a salientar é a redução das verbas afetas ao Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), o que limita o número de Programas de Respostas Integradas em funcionamento na região do Algarve. Estes programas têm a mais-valia de desenvolverem ações específicas para cada território de acordo com o diagnóstico e as suas necessidades.

Quanto à acessibilidade ao tratamento constata-se crescentes dificuldades no

encaminhamento, em particular para as comunidades terapêuticas. A Unidade de Desabilitação do Algarve destina-se ao internamento com vista à intervenção em fase aguda, tanto que o tempo médio de internamento é entre 8 e 14 dias. Quando o utente está estabilizado é, muitas vezes, recomendada a continuação do tratamento numa comunidade terapêutica, mas devido à redução orçamental – o que infelizmente tem sido frequente – o utente tem alta da Unidade de Desabilitação, ficando tanto tempo a aguardar pelo encaminhamento para a comunidade terapêutica que, por vezes, se perde mesmo a oportunidade de tratamento.

Regista-se também uma redução dos apoios no âmbito da segurança social para as famílias que não têm possibilidade de assegurar a sua comparticipação (20%, sendo os restantes 80% do Ministério da Saúde) na comunidade terapêutica.

A situação descrita decorre do desinvestimento público na área da toxicodependência e do alcoolismo, traduzindo-se na exiguidade das equipas técnicas especializadas, na manutenção da carência de profissionais e na redução dos apoios para o tratamento dos utentes, dificultando o acesso aos cuidados de saúde.

Num período de extremas dificuldades para a generalidade da população, com o elevado desemprego, a precariedade os baixos salários e o aumento da pobreza e das desigualdades, o que se exige do Governo é o reforço dos recursos humanos, técnicos e financeiros alocados à área da toxicodependência e do alcoolismo e não o desinvestimento. O risco de reversão do fenómeno da toxicodependência é sério.

O PCP defende o reforço da dotação dos recursos na área de combate à toxicodependência e ao alcoolismo, que garanta uma adequada resposta às necessidades da população.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas o Governo pretende tomar para reforçar os recursos humanos, técnicos e financeiros na área da toxicodependência e do alcoolismo na região do Algarve?
2. Face à carência de profissionais de saúde e à exiguidade das equipas técnicas especializadas vai o Governo proceder à contratação dos trabalhadores em falta, integrando-os na carreira com vínculo público?
3. Que medidas o Governo pretende tomar ao nível da formação dos médicos, para promover o seu interesse pela área da toxicodependência e do alcoolismo?
4. Como justifica o Governo o não encaminhamento dos utentes com indicação médica para as comunidades terapêuticas?
5. Reconhece o Governo que o não encaminhamento desses utentes para as comunidades terapêuticas pode levar à perda da oportunidade de tratamento, prejudicando o utente e privando-o do acesso aos cuidados de saúde de que necessita?
6. Pode o Governo garantir que todos os utentes com indicação médica têm acesso ao tratamento na comunidade terapêutica?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 17 de Julho de 2015

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

PAULO SÁ(PCP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.